

A FORMAÇÃO INICIAL NO BRASIL E NO CHILE: DAS POLÍTICAS PÚBLICAS À AUTOPERCEPÇÃO DE COMPETÊNCIA PROFISSIONAL DOS ESTUDANTES

Fernando Lazaretti Onorato Silva (PIBIC/CNPq/FA/Uem), Ana Luiza Barbosa Anversa (Co-orientadora), Vânia de Fatima Matias de Souza (Orientadora), e-mail: vfmatis@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Biológicas e da Saúde/Maringá, PR.

4000001 Ciências da Saúde – 4090002 Educação Física

Palavras-chave: Políticas Educacionais, Formação Inicial, América Latina

Resumo:

A pesquisa teve como objetivo apresentar as aproximações e distanciamentos das normativas contidas nos documentos referentes a formação inicial em Educação Física no Brasil e no Chile. Para tanto realizou-se uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva com análise bibliográfica e documental. As análises temáticas apontam para distanciamentos referentes a organização curricular, sendo que o Chile apresenta ausência de documentos com foco na formação em Educação Física, mas documentos generalistas para as diversas Pedagogias, enquanto no Brasil evidencia-se documentos específicos para a formação dos cursos. As aproximações referem-se ao foco formativo cujas similaridades conceituais dos currículos constam nos objetivos princípios de equidade e justiça social. Conclui-se que atualmente há uma linearidade na formação inicial nos países investigados, porém observa-se a sistematização da formação do profissional no Brasil quando comparada com a realidade Chilena.

Introdução

Romper com os estereótipos de uma formação profissional atrelada a formação humana decorrente das linearidades sistêmicas e fragmentadas, subtende entender que os contextos formativos nos quais o ser humano encontra-se enlaçado são configurados pelo mundo histórico e social do sujeito, sustentado nas relações subjetivas, por meio de processos educativos que viabilizem condições ao sujeito desenvolver sua autonomia e emancipação humana, possibilitando-o transcender as relações mercadológicas, descortinando os saberes, buscando ir além das “verdades e inverdades” “postas e impostas” como base de sustentação dos conhecimentos elucidados e sustentados nos diversos contextos da educação.

A educação se efetiva na configuração das relações intersubjetivas dos homens, o que significa que as transformações do homem e da própria sociedade se sustentam nas relações e saberes culturais e econômicos trazidos, refletidos, e (re)pensados de forma a influenciar diretamente o

processo formativo dos futuros professores que irão atuar nos diferentes contextos, quer sejam da educação formal quanto não formal. Esse processo formativo é configurado pela transformação social resultante do conjunto de atividades teórico-práticas do homem, o que subjetivamente é representado no processo educacional pela figura do professor.

Neste cenário, a dicotomia entre o labor prático e a concepção teórica elucidada no processo de formação inicial ofertada ao futuro professor, irá direcioná-lo a uma ação produtiva ou contraprodutora, no sentido de estabelecer uma reciprocidade entre o sistema posto e as necessidades vigentes marcadas pelos interesses locais dos sujeitos envolvidos no processo.

Esse contexto elucidativo, aponta para uma formação inicial, em que se considera o professor, um agente ativo, que poderá viabilizar por meio das práticas educativas o processo de formação humana, com vistas a romper com a alienação (im)posta pelo sistema. No entanto, para que essa ação se efetive no trabalho docente, do cotidiano escolar, faz-se necessário que o momento de formação inicial do futuro professor seja sustentado por proposições teóricas que alicerces sua percepção de mundo e de homem. Isto porque, a formação inicial, deve estar inferida pela interlocução estabelecida entre o mundo do trabalho e o processo formativo, desenhado e estruturado por meio de suas experiências advindas das aproximações com o campo da prática profissional.

Essa formação sustentada na configuração de uma práxis associada às macroestruturas estabelecidas pelas políticas que regulamentam e normatizam a formação profissional, bem como a interlocução delineada por meio da implementação e execução dessas proposições legais, irão contribuir para a construção da identidade profissional do futuro professor (DUBAR, 2012).

Daí a relevância do processo formativo ser alicerçado em ações teórico-práticas sustentadas em reflexões didático-pedagógicas que possibilitem ao futuro professor, durante sua formação inicial, a aquisição de saberes e conhecimentos que o levem ao desenvolvimento de sua autonomia sociopolítica em relação aos contextos e espaços nos quais encontra-se envolvido.

Esses cursos de formação inicial, por sua vez, se estruturam e se consolidam a partir das normativas legais, que prescrevem a formação do futuro professor, possibilitando as condições para o entendimento das amarras que constituem e consolidam seu âmbito profissional. Essa configuração profissional, irá se consolidar por meio da construção e desconstrução das políticas que acabam influenciando a formação inicial com vistas à manutenção ou mudança do sistema socioeconômico vigente, e sua relação efetiva com o campo da formação, representada por meio da efetivação dos cursos e currículos próprios estabelecidos pelas Instituições de Ensino Superior, dedicadas à preparação do sujeito para o mundo do trabalho.

Nesse contexto surge o seguinte questionamento: como as políticas públicas são configuradas e têm influenciado a formação de professores, no sentido

de viabilizar e materializar os processos formativos no Brasil e no Chile? Buscando responder essa problemática o presente estudo teve como objetivo Compreender como as resoluções que normatizam a formação docente configuram e se apresentam estabelecidas nos cursos de formação inicial em Licenciatura em Educação Física no Brasil e no Chile;

Materiais e métodos

Caracterizada como uma pesquisa do tipo qualitativa, descritiva (THOMAS; NELSON; SILVERMAN, 2007), realizou-se as análises temáticas das categorias a partir dos documentos referentes a formação inicial em Educação física no Brasil e no Chile, cuja centralidade atrelava-se na sustentação dos apontamentos e amarras com vista a traçar as aproximações e distanciamentos entre as políticas que regem a formação dos futuros professores nos países investigados (TRIVINOS, 2011).

Os documentos do Brasil foram obtidos a partir de uma análise prévia dos documentos educacionais brasileiros, sendo: a) Lei n. 9394/1996 que estabelece as bases da educação nacional; b) Resolução CNE/CP 02/2015 que define as diretrizes curriculares nacionais para formação inicial em nível superior e para formação continuada; c) Resolução CNE/CP 01/2019 e Resolução CNE/CP 03/2018 que alteram o Art. 22 da Resolução 02/2015. Os documentos elegidos para a investigação relacionada a realidade chilena, após pesquisas e contato com professores em atuação no referido país. Estes seriam: a) Ley n. 20.370, que estabelece a Lei Geral de Educação (LGE) de 12 de setembro de 2009, e a Ley n. 21.091 que trata da Educação Superior de 21 de novembro de 2019.

Resultados e Discussão

Observou-se aproximações e distanciamentos entre as políticas educacionais em ambos os países, no que se refere a formação inicial em Educação Física (EF). Destaca-se o fato do Chile como o primeiro a promover a formação em EF, porém tardou em reconhecê-la como carreira docente, enquanto no Brasil a carreira do professor de Educação Física apareceu pela primeira vez na Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1996), passando a considerar a EF como um componente curricular, com a formação inicial realizado mediante a curso superior de no mínimo 200 dias letivos.

No referente aos distanciamentos na formação em EF, pode-se destacar a presença dos institutos técnicos no Chile, sendo uma outra forma de formação para atuação docente. Outra questão evidenciada refere-se à inexistência de uma legislação que trate da formação em EF no Chile, enquanto no Brasil essas propositivas e discussões são presentes em documentos normativos, a exemplo, da Resolução CNE/CP nº 6/ 2018 (BRASIL, 2018) que estabelece as Diretrizes Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física.

Por fim, observou-se como aproximação nas políticas educacionais as questões referentes aos objetivos como equidade e justiça social, visando uma formação onde todos tenham acesso e os mesmo direitos, conforme as diretrizes globais apontadas na Agenda 2030 estabelecidas pela UNESCO.

Conclusões

A partir das análises realizadas, e levando em consideração os distanciamentos e aproximações, conclui-se que a formação inicial em educação física no Brasil apresenta uma maior sistematização quando comparado ao Chile, justificado pela presença de documentos específicos para a EF no Brasil, enquanto no Chile os documentos são generalistas, abordando a formação de todas as pedagogias. Referente as aproximações, pode-se destacar que ambos seguem uma lógica neoliberal, mantendo uma formação voltada para o mercado, sucumbindo os pressupostos de uma formação crítica, aligeirando por vezes o processo formativo em razão das demandas do mundo do trabalho, fomentando a necessidade de uma formação contínua que rompa com a linearidade dos saberes meramente reproduzidos pelos ideários (im)postos pelos documentos norteadores dos processos formativos.

Agradecimentos

A Fundação Araucária, à Universidade Estadual de Maringá, a Professora Dra. Vânia de Fátima Matias de Souza e a Professora Dra. Ana Luiza Barbosa Anversa.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução nº 03 CNE/CP/2018 de 3 de outubro de 2018**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: CP/CNE/MEC, 2018.

DUBAR, C. **A construção de si pela atividade do trabalho:** a socialização profissional. Cadernos de pesquisa. V.42, nº146, maio/agosto 2012.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física.** 5.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

TRIVIÑOS, A. N. S.. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.